



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

24 de novembro

de 2021

Lançamento - CONTEXTO

CONTEXTO

A Associação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (AMPEM) lançou na última sexta-feira (19) em sua sede social no Calhau o **livro** comemorativo dos 50 anos da entidade, celebrados em janeiro deste ano. A obra "**Passado, Presente e Futuro do Ministério Público Brasileiro**" reúne artigos inéditos de autores de todo o Brasil com estudos de casos e experiência sobre a atuação do **Ministério Público** e foi publicada em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

***Como parte da programação, os promotores de justiça Fernanda Balbinot (GO), Sandro Carvalho Lobato de Carvalho (MA) e Pedro Ivo de Sousa (ES) foram os painelistas da noite quando abordaram temas de interesse da comunidade jurídica

Encontro

O tema "Justiça 4.0 - A transformação digital dos serviços do Judiciário brasileiro" estará em debate durante o 87^a Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil - Encoge, que será realizado presencialmente, na quinta e sexta-feira, 25 e 26 de novembro, no Hotel "Blue Tree", em São Luís, a partir das 9h, com a presença de magistrados e especialistas convidados e transmissão pelo youtube da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA).

Teatro

A XVI Semana do Teatro no Maranhão acontecerá na semana de 13 a 19 de dezembro, no Teatro Artur Azevedo e em outros espaços de cultura do estado. Para dar uma prévia da alegria e da diversidade que será o evento, nesta quinta e sexta, dias 25 e 26 de novembro, dois espetáculos gratuitos se apresentam no TAA. O primeiro dia, 25/11 (quinta-feira), terá o espetáculo Casa de Abelha do Grupo Tápias do Rio de Janeiro. E no segundo dia, 26/11 (sexta-feira), será a vez do espetáculo O Crivo do Ateliê do Gesto. Para mais informações sobre a prévia e a Semana do Teatro no Maranhão, acompanhe o Instagram do evento.

Empregabilidade

Acontece nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, a Semana Senac de Empregabilidade, um evento pensado com o objetivo de promover ações

educacionais que orientem os participantes em suas trajetórias profissionais e apontem as oportunidades de trabalho considerando a empregabilidade efetiva. Por meio dessas ações, os participantes terão a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos sobre e para o mercado, e atualizar suas perspectivas profissionais de modo geral.

***Uma das grandes revelações do reggae maranhense da última década, a cantora e compositora Núbia lançou o primeiro EP de sua carreira no último dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

Com seis anos de trajetória nos palcos e músicas de protesto bem tocadas nas rádios maranhenses, o lançamento do primeiro álbum de Núbia é um marco importante para a artista, que ganha cada vez mais espaço Brasil afora.

*** Os motivos de celebração se estendem - Núbia representa o Maranhão em programa de mentoria na 15^a Edição do Se Rasgum, maior festival de música independente da Amazônia Legal e, pela terceira vez, cantará no palco do Festival BR 135, maior evento de música do Maranhão, realizado em São Luís neste sábado (27).

***O presidente da diretoria provisória do Centro das Indústrias do Maranhão - CIMAR, Luiz Fernando Renner convoca todos os associados para a Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 26/11, às 16 hs, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - FIEMA.

***Na pauta principal, a aprovação do novo Estatuto Social da entidade, com alterações principalmente na composição da diretoria, mandatos e abrangência econômica

Bomba.Bomba.Prefeitura de Bom Jesus das Selvas (MA) vira alvo de operação do Gaeco contra fraudes na locação de veículos

PUBLICADO 24/11/2021

A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público** do **Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus da Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu. A Operação KM Zero visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas.

Atuam na operação os Gaecos de São Luís, Timon e Imperatriz. Também dão apoio aos trabalhos os

promotores de justiça das Comarcas de Olho d'Água das Cunhãs e Maracaçumé.

Site: <https://www.acaivip.com.br/noticias/brasil/777720>

Gestão de Fernando Coelho é alvo de mega operação contra a corrupção em Bom Jesus das Selvas (Política)

Redação

A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus das Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu. A Operação KM Zero visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais na gestão do atual prefeito Fernando Coelho.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas.

Atuam na operação os Gaecos de São Luís, Timon e Imperatriz. Também dão apoio aos trabalhos os

promotores de justiça das Comarcas de Olho d'Água das Cunhãs e Maracaçumé.

Site: <https://enquantoissonomaranhao.com.br/gestao-de-fernando-coelho-e-alvo-de-mega-operacao-contra-a-corrupcao-em-bom-jesus-das-selvas/>

MPMA pede reconhecimento da existência de racismo estrutural no sistema de educação municipal

Posted By: expressowpadmin

O **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**), através da 2ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Educação de São Luís, ajuizou uma Ação Pública Civil declaratória na última sexta-feira (19) contra Município de São Luís e o Estado do Maranhão, que visa ao reconhecimento, pela Justiça, da existência de **racismo** estrutural na rede pública de municipal de ensino.

De acordo com o **MPMA**, o quadro de precariedade na estrutura escolar municipal foi acentuado pela pandemia da covid-19, e assim a ACP requer que o Poder Judiciário reconheça que o Município de São Luís nega o direito à educação de qualidade às populações pobres e negras, mantendo-as em condições de subalternidade.

O **MPMA** também requer o Município seja obrigado a estruturar um programa de busca ativa, diante do quadro de evasão escolar ampliado pela pandemia e pela própria estrutura escolar precária na rede municipal de ensino e implemente e zele pela garantia do direito à educação das comunidades quilombolas urbanas e rurais, por meio de uma política pública de reconhecimento de territórios quilombolas urbanos.

Outro pedido é que seja determinado à Câmara Municipal que informe todos os processos de prestações de contas dos gestores de São Luís, especificamente relacionadas à educação, em que já tenha sido encaminhado parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado (TCE), tendo em vista que o Legislativo Municipal assumiu o compromisso com o **MPMA** de julgar essas contas mas não há no site da câmara nenhuma informação sobre os processos.

Foi requerido à Justiça o prazo de 60 dias para cumprimento da determinação

Fonte:

Site: <https://expresso222.com.br/consorcio-nordeste/mpma-pede-reconhecimento-da-existencia-de-racismo-estrutural-no-sistema-de-educacao-municipal/>

BOM JESUS DAS SELVAS: Prefeito e vice chefiavam esquema de locação de veículos

Por Oswaldo Viviani

O **Gaeco** (Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas), do **Ministério Público do Maranhão**, e a Seccor (Superintendência Estadual de Combate à Corrupção, estão realizando, nesta quarta (24), a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus das Selvas. Os principais alvos da operação são o prefeito Fernando Coelho (PDT) e o vice-prefeito Franklim Duarte (Republicanos), ambos aliados do governador Flávio Dino (PSB).

A operação visa apurar um esquema ilegal envolvendo contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados, e nesta quarta (24) estão sendo buscadas mais provas do esquema fraudulento, além de apreendidos bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos.

Foi apurado que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuaram em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta-corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas. Atuam na operação desta quarta os Gaecos de São

Luís, Timon e Imperatriz. Também dão apoio aos trabalhos os promotores de Justiça das Comarcas de Olho d'Água das Cunhãs e Maracaçumé.

Site:

<https://extramablog.wordpress.com/2021/11/24/bom-jesus-das-selvas-prefeito-e-vice-de-chefiavam-esquema-de-locacao-de-veiculos/>

Prefeitura de Bom Jesus das Selvas (MA) vira alvo de operação do Gaeco contra fraudes na locação de veículos

A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus das Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu. A Operação KM Zero visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas.

Atuam na operação os Gaecos de São Luís, Timon e Imperatriz. Também dão apoio aos trabalhos os promotores de justiça das Comarcas de Olho d'Água das Cunhãs e Maracaçumé.

Site: <https://folhadomaranhao.com/2021/11/24/prefeitura-de-bom-jesus-das-selvas-ma-vira-alvo-de-operacao-do-gaeco-contra-fraudes-na-locacao-de-veiculos/>

Acusado de matar jovem com 22 facadas é condenado a 18 anos de prisão

JOÃO LISBOA - O Conselho de Sentença do Tribunal do Júri decidiu na segunda-feira (22), na cidade de João Lisboa, pela condenação de Rotterdam Cavalcanti Lima. O juiz Glender Malheiros fixou a pena em 18 anos de prisão, em regime fechado, pelo crime de homicídio qualificado.

O acusado acompanhou todo o julgamento por meio de videoconferência, porque está preso na cidade de Maués (AM) onde responde por outro crime. A polícia do Amazonas encontrou o nome dele no Banco Nacional de Mandados e imediatamente comunicou ao **Ministério Público** do Maranhão.

Rotterdam sentou no banco dos réus quase exatos 11 anos depois de ter cometido o homicídio que vitimou Tiago Silva Inácio, com 22 facadas. Na época do crime, dia 23 de novembro de 2010, a vítima tinha 20 anos de idade e a motivação teria sido o furto de um cordão, pulseira e celular do acusado do homicídio, pela vítima.

Para o **Ministério Público**, pelo que consta nos autos, não havia dúvidas da autoria do crime. A acusação sustentou a tese de homicídio duplamente qualificado, que foi acatada por quatro votos ou mais.

Site: <https://imirante.com/joao-lisboa/noticias/2021/11/24/acusado-de-matar-jovem-com-22-facadas-e-condenado-a-18-anos-de-prisao.shtml>

Gaeco faz operação KM Zero em Bom Jesus das Selvas

Está em andamento a Operação KM Zero no município de Bom Jesus das Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu. A Operação, que é da Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas.

Site: <https://imirante.com/bom-jesus-das-selvas/noticias/2021/11/24/gaeco-faz-operacao-km-zero-em-bom-jesus-das-selvas.shtml>

MPMA realiza operação no Maranhão contra esquema em locação de veículos

Foto: Reprodução

A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus das Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu.

A Operação visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta-corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas.

Atuam na operação os Gaecos de São Luís, Timon e Imperatriz. Também dão apoio aos trabalhos os promotores de justiça das Comarcas de Olho d'Água das Cunhãs e Maracaçumé.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2021/11/24/mpma-realiza-operacao-no-maranhao-contra-esquema-em-locacao-de-veiculos/>

Câmara aumenta pena para calúnia em contexto de violência doméstica

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de hoje (23) um projeto de lei que aumenta a pena dos crimes de calúnia, difamação e injúria cometidos em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher. No caso desses crimes, a pena atual prevista pelo Código Penal é de um mês a dois anos a depender do crime. Pelo projeto, essa pena sofreria um agravante e seria aumentada em um terço. Texto segue para análise do Senado.

O projeto estabelece que os crimes de calúnia, difamação e injúria cometidos no contexto de violência contra a mulher não dependerão mais exclusivamente da queixa da ofendida, podendo o **Ministério Público** oferecer a denúncia e também não será permitida isenção de pena para os acusados que se retratarem antes da sentença condenatória quando o crime ocorrer nesta situação específica.

Para o crime de ameaça, também abrangida pelo projeto, a pena atual de detenção de um a seis meses ou multa passa para detenção de seis meses a dois anos e multa quando ocorrer no contexto de violência contra a mulher.

O projeto ainda muda o Código do Processo Penal para prever que o juiz determine ao agente preso em flagrante o uso de tornozeleira eletrônica, sem prejuízo de outras medidas cautelares, quando da audiência posterior à prisão em flagrante, quando o crime envolver a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Também houve uma mudança na Lei Maria da Penha que permitirá que o delegado de polícia providencie o afastamento imediato do agressor do lar da vítima se verificada a existência de risco atual ou iminente à vida dela ou à sua integridade física ou psicológica ou de seus dependentes.

* Com informações da Agência Câmara

Fonte: Agência Brasil

É proibida a reprodução total ou parcial de seu conteúdo sem a autorização por escrito do autor e / ou editor

© 2021 MA24HORAS - Todos os direitos reservados.

Site: <https://ma24horas.com/politica/camara-aumenta-pena-para-calunia-em-contexto-de-violencia-domestica/>

Câmara aumenta pena para calúnia em contexto de violência doméstica

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de terça-feira (23) um projeto de lei que aumenta a pena dos crimes de calúnia, difamação e injúria cometidos em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher. No caso desses crimes, a pena atual prevista pelo Código Penal é de um mês a dois anos a depender do crime. Pelo projeto, essa pena sofreria um agravante e seria aumentada em um terço. Texto segue para análise do Senado.

O projeto estabelece que os crimes de calúnia, difamação e injúria cometidos no contexto de violência contra a mulher não dependerão mais exclusivamente da queixa da ofendida, podendo o **Ministério Público** oferecer a denúncia e também não será permitida isenção de pena para os acusados que se retratarem antes da sentença condenatória quando o crime ocorrer nesta situação específica.

Foto: Paulo H. Carvalho/Agência Brasília

Para o crime de ameaça, também abrangida pelo projeto, a pena atual de detenção de um a seis meses ou multa passa para detenção de seis meses a dois anos e multa quando ocorrer no contexto de violência contra a mulher.

O projeto ainda muda o Código do Processo Penal para prever que o juiz determine ao agente preso em flagrante o uso de tornozeleira eletrônica, sem prejuízo de outras medidas cautelares, quando da audiência posterior à prisão em flagrante, quando o crime envolver a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Também houve uma mudança na Lei Maria da Penha que permitirá que o delegado de polícia providencie o afastamento imediato do agressor do lar da vítima se verificada a existência de risco atual ou iminente à vida dela ou à sua integridade física ou psicológica ou de seus dependentes.

Fonte: Agência Câmara

Site: <https://www.meionorte.com/noticias/camara-aumenta-pena-para-calunia-em-contexto-de-violencia-domestica-431376>

MPMA realiza operação contra esquema em locação de veículos

A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus das Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu. A Operação KM Zero visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas.

Atuam na operação os Gaecos de São Luís, Timon e Imperatriz. Também dão apoio aos trabalhos os promotores de justiça das Comarcas de Olho d'Água das Cunhãs e Maracaçumé.

Site: <https://omaranhense.com/mpma-realiza-operacao-contra-esquema-em-locacao-de-veiculos/>

MPMA realiza operação contra esquema em locação de veículos no Município de Bom Jesus da Selvas (Justiça)

Portal do Munim

BOM JESUS DA SELVAS/MA - A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus da Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu. A Operação KM Zero visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta-corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas.

Atuam na operação os Gaecos de São Luís, Timon e Imperatriz. Também dão apoio aos trabalhos os

promotores de justiça das Comarcas de Olho d'Água das Cunhãs e Maracaçumé.

FONTE: CCOM-**MPMA**

Site: <https://www.portaldomunim.com.br/mpma-realiza-operacao-contra-esquema-em-locacao-de-veiculos-no-municipio-de-bom-jesus-da-selvas/>

Combate a Corrupção! Operação do Ministério Público e órgãos de controle desarticula esquema entre empresas e políticos na região (Notícias)

Nilton

A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus das Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu. A Operação KM Zero visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas.

Atuam na operação os Gaecos de São Luís, Timon e Imperatriz. Também dão apoio aos trabalhos os promotores de justiça das Comarcas de Olho d'Água das Cunhãs e Maracaçumé.

Redação: CCOM-**MPMA**

Site: <https://portaldonegao.com.br/combate-a-corrupcao-operacao-do-ministerio-publico-e-orgaos-de-controle-desarticula-esquema-entre-empresas-e-politicos-na-regiao/>

MPMA realiza operação contra esquema em locação de veículos

A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus das Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu. A Operação KM Zero visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas.

Atuam na operação os Gaecos de São Luís, Timon e Imperatriz. Também dão apoio aos trabalhos os promotores de justiça das Comarcas de Olho d'Água das Cunhãs e Maracaçumé.

Site: <https://portalguara.com/mpma-realiza-operacao-contra-esquema-em-locacao-de-veiculos/>

Operação combate esquema de locação de veículos no MA

A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus das Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu.

A operação visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas.

Atuam na operação os Gaecos de São Luís, Timon e Imperatriz. Também dão apoio aos trabalhos os promotores de justiça das Comarcas de Olho d'Água das Cunhãs e Maracaçumé.

Fonte: **MPMA**

Site:

<http://www.suacidade.com/noticias/cidades/operacao-combate-esquema-de-locacao-de-veiculos-no-ma>

Promotoria investiga Dr. Julinho por suspeita de dano ao erário e enriquecimento ilícito

Yuri Almeida

O **Ministério Público** do Maranhão abriu procedimento preparatório de inquérito civil para apurar possíveis irregularidades praticadas pelo prefeito de São José de Ribamar, o médico Júlio César de Souza Matos, mais conhecido como Dr. Julinho (PL).

A investigação foi instaurada no mês de julho, e avançou em novembro com a realização de diligências determinadas pelo promotor Márcio José Bezerra Cruz, responsável pela condução do caso.

No alvo estão a contratação e repasses feitos pela gestão municipal para a empresa Life Procedimentos Médicos, que teria no quadro societário Everton de Carvalho Romão Ribeiro, este também sócio de Dr. Julinho em outra empresa, a Procemed - Procedimentos Médicos.

Segundo apura a 1ª Promotoria de Justiça Cível de São José de Ribamar, Ribeiro teria sido contemplado ainda com os cargos de assessor especial na Assessoria Jurídica da prefeitura e de diretor-geral do Hospital e Maternidade do município.

Há indícios de **improbidade administrativa**, com dano ao erário e enriquecimento ilícito.

Procurada pelo ATUAL7, a prefeitura de São José de Ribamar não retornou o contato. Também não houve manifestação do gestor municipal.

A reportagem apurou que, além de Dr. Julinho e Everton Ribeiro, também foram notificados pelo **Ministério Público** sobre o procedimento investigatório o ex-prefeito Eudes Sampaio (PTB) e o ex-secretário municipal de Saúde, Tiago Fernandes.

Em caso de condenação, a Lei de Improbidade prevê penalidades como perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, devolução ao erário do prejuízo causado e pagamento de multa. Por se tratar de inquérito civil, não há previsão de medidas restritivas de liberdade.

Site: <https://atual7.com/cotidiano/2021/11/promotoria-investiga-dr-julinho-por-suspeita-de-dano-ao-erario-e-enriquecimento-ilicito/>

BOM JESUS DAS SELVAS: MPMA realiza operação contra esquema em locação de veículos

Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus das Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu. A Operação KM Zero visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas.

Atuam na operação os Gaecos de São Luís, Timon e Imperatriz. Também dão apoio aos trabalhos os promotores de justiça das Comarcas de Olho d'Água das Cunhãs e Maracaçumé.

Site: <https://www.domingoscosta.com.br/bom-jesus-das-selvas-mpma-realiza-operacao-contra-esquema-em-locacao-de-veiculos/>

Op. é deflagrada para coibir esquema com recursos públicos em Bom Jesus das Selvas

Gláucio Ericeira

A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público** do **Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus das Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu. A Operação KM Zero visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta-corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas.

Atuam na operação os Gaecos de São Luís, Timon e Imperatriz. Também dão apoio aos trabalhos os promotores de justiça das Comarcas de Olho d'Água das Cunhãs e Maracaçumé.

Site: <https://www.glaucioericeira.com.br/2021/11/op-e->

***deflagrada-para-coibir-esquema-com-recursos-publicos-
em-bom-jesus-das-selvas/***

Promotoria aciona o Estado por abandono e pede delegado em Alcântara

O **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**) ajuizou **Ação Civil Pública** de obrigação de fazer contra o Estado do Maranhão, solicitando lotação, em 15 dias, de um delegado de Polícia Civil titular para o município de Alcântara. A designação do profissional pode ser realizada por relotação, convocação ou nomeação de aprovado em concurso público.

Segundo o autor da ACP, **promotor de justiça** Raimundo Nonato Leite Filho, desde janeiro, o **MPMA** tem solicitado à Secretaria de Estado de **Segurança Pública** a lotação de um delegado para o município. Atualmente, o delegado de Pinheiro, Guilherme Campelo, tem respondido pela unidade policial em Alcântara, a 112 km de Pinheiro. Também trabalham na delegacia três cabos e cinco soldados.

A multa por descumprimento sugerida é R\$ 5 mil diários, a serem transferidos ao Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos.

ABANDONO

"A população de Alcântara vive em estado de total abandono e insegurança pública. Embora os servidores lotados na delegacia e os policiais militares sejam esforçados para exercer suas atividades, são visíveis o descrédito e o evidente prejuízo no andamento das ocorrências levadas à unidade policial, devido à inexistência de delegado de carreira e ao desaparecimento da Polícia Civil no município", destaca o **promotor de justiça**.

Ainda de acordo com o **Ministério Público**, há omissão do Poder Público quanto à inexistência de um delegado de carreira e policiais civis em número adequado no município, inviabilizando investigações e conclusão de inquéritos, que permanecem sem diligências e tramitação.

Site:

<https://www.blogdomaylsonreis.com.br/2021/11/promotoria-aciona-o-estado-por-abandono.html>

MPMA realiza operação contra esquema em locação de veículos em Bom Jesus das Selvas

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas.

Atuam na operação os Gaecos de São Luís, Timon e Imperatriz. Também dão apoio aos trabalhos os promotores de justiça das Comarcas de Olho d'Água das Cunhãs e Maracaçumé.

Site:

<https://www.blogdomaylsonreis.com.br/2021/11/mpma-realiza-operacao-contr-esquema-em.html>

Gaeco e Seccor estouram esquema em locação de veículos em Bom Jesus das Selvas

A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus das Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu. A Operação KM Zero visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas.

Atuam na operação os Gaecos de São Luís, Timon e Imperatriz. Também dão apoio aos trabalhos os promotores de justiça das Comarcas de Olho d'Água das Cunhãs e Maracaçumé.

Site: <https://blogdominard.com.br/2021/11/gaeco-e-seccor-estouram-esquema-em-locacao-de-veiculos-em-bom-jesus-das-selvas/>

ALCÂNTARA - MPMA requer lotação de delegado de Polícia Civil em 15 dias

Delegado de Pinheiro tem respondido pelo órgão policial

O **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**) ajuizou, em 8 de novembro, **Ação Civil Pública** de obrigação de fazer contra o Estado do Maranhão, solicitando lotação, em 15 dias, de um delegado de Polícia Civil titular para o município de Alcântara. A designação do profissional pode ser realizada por relotação, convocação ou nomeação de aprovado em concurso público.

Segundo o autor da ACP, **promotor de justiça** Raimundo Nonato Leite Filho, desde janeiro, o **MPMA** tem solicitado à Secretaria de Estado de **Segurança Pública** a lotação de um delegado para o município. Atualmente, o delegado de Pinheiro, Guilherme Campelo, tem respondido pela unidade policial em Alcântara, a 112 km de Pinheiro. Também trabalham na delegacia três cabos e cinco soldados.

Para o **MPMA**, a situação acarreta atraso nas conclusões dos inquéritos e termos circunstanciados de ocorrência (TCO), como ocorre com um morador do município que registrou Boletim de ocorrência por ameaça em agosto de 2021. Entretanto, até o momento o respectivo TCO não foi encaminhado ao fórum, a exemplo de outros procedimentos.

ABANDONO

"A população de Alcântara vive em estado de total abandono e insegurança pública. Embora os servidores lotados na delegacia e os policiais militares sejam esforçados para exercer suas atividades, são visíveis o descrédito e o evidente prejuízo no andamento das ocorrências levadas à unidade policial, devido à inexistência de delegado de carreira e ao desaparecimento da Polícia Civil no município", destaca o **promotor de justiça**.

Ainda de acordo com o **Ministério Público**, há omissão do Poder Público quanto à inexistência de um delegado de carreira e policiais civis em número adequado no município, inviabilizando investigações e conclusão de inquéritos, que permanecem sem diligências e tramitação.

A multa por descumprimento sugerida é R\$ 5 mil diários, a serem transferidos ao Fundo Estadual de

Proteção dos Direitos Difusos.

Site: <https://vandovalrodrigues.com/alcantara-mpma-requer-lotacao-de-delegado-de-policia-civil-em-15-dias/>

MPMA realiza operação contra esquema em locação de veículos em Bom Jesus das Selvas

Eduardo Ericeira

A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus da Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu. A Operação KM Zero visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta-corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas.

Atuam na operação os Gaecos de São Luís, Timon e Imperatriz. Também dão apoio aos trabalhos os promotores de justiça das Comarcas de Olho d'Água

das Cunhãs e Maracaçumé.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/11/mpma-realiza-operacao-contr-esquema-em.html>

BOM JESUS DAS SELVAS - MPMA realiza operação contra esquema em locação de veículos

Walkir Marinho

A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação Km Zero no Município de Bom Jesus das Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu. A Operação KM Zero visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta-corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas.

Atuam na operação os Gaecos de São Luís, Timon e Imperatriz. Também dão apoio aos trabalhos os promotores de justiça das Comarcas de Olho d'Água

das Cunhãs e Maracaçumé. (CCOM-**MPMA**)

Site: <https://horaextra.slz.br/2021/11/24/bom-jesus-das-selvas-mpma-realiza-operacao-contr-esquema-em-locacao-de-veiculos/>

MP do MA realiza operação contra esquema em locação de veículos

John Cutrim

A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público** do **Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus das Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu. A Operação KM Zero visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas.

Atuam na operação os Gaecos de São Luís, Timon e Imperatriz. Também dão apoio aos trabalhos os promotores de justiça das Comarcas de Olho d'Água das Cunhãs e Maracaçumé.

Site: <https://johncutrim.com.br/mp-do-ma-realiza->

operacao-contra-esquema-em-locacao-de-veiculos/

MP realiza "Operação KM Zero" no interior maranhense

Jorge Aragão

A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público** do **Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus das Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu. A Operação KM Zero visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta-corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas.

Atuam na operação os Gaecos de São Luís, Timon e Imperatriz. Também dão apoio aos trabalhos os promotores de justiça das Comarcas de Olho d'Água das Cunhãs e Maracaçumé.

Site:

<https://www.blogdojorgearagao.com.br/2021/11/24/mp-realiza-operacao-km-zero-no-interior-maranhense/>

Gaeco desarticula esquema de locação de veículos na Prefeitura de B. J. das Selvas

A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus da Selvas.

De acordo com a promotoria, a Operação KM Zero visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas.

Atuam na operação os Gaecos de São Luís, Timon e Imperatriz. Também dão apoio aos trabalhos os promotores de justiça das Comarcas de Olho d'Água das Cunhãs e Maracaçumé.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

Site:

<https://www.netoferreira.com.br/poder/2021/11/gaeco-desarticula-esquema-de-locacao-de-veiculos-na-prefeitura-de-b-j-das-selvas/>

BOM JESUS DAS SELVAS | MPMA realiza operação contra esquema em locação de veículos

ricardofarias

A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus da Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu.

Site: <https://www.blogricardofarias.com.br/2021/11/bom-jesus-das-selvas-mpma-realiza.html>

BOM JESUS DAS SELVAS: MPMA realiza operação contra esquema em locação de veículos

<https://www.mpma.mp.br/index.php/lista-de-noticias-gerais/11/18539>

Site: <https://www.wiltonlima.com.br/2021/11/bom-jesus-das-selvas-mpma-realiza.html>

Gaeco investiga prefeitura de Bom Jesus das Selvas por fraude em locação de veículos

karolsampaio

A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público** do **Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus das Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu. A Operação KM Zero visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

Foram quebrados judicialmente os sigilos bancários e fiscais das empresas, sócios e servidores públicos envolvidos nas irregularidades.

Após o processamento dos dados recebidos no Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram encontradas volumosas transações financeiras atípicas, em montantes que superam dezenas de milhões de reais.

Entre as movimentações estão o recebimento de dinheiro em conta corrente pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara Municipal, vereadores do Município de Bom Jesus das Selvas e diversos servidores públicos municipais, por meio de transferências diretas feitas pelas empresas.

Atuam na operação os Gaecos de São Luís, Timon e Imperatriz. Também dão apoio aos trabalhos os promotores de justiça das Comarcas de Olho d'Água das Cunhãs e Maracaçumé.

Site: <https://colunadaks.com.br/2021/11/gaeco-investiga->

***prefeitura-de-bom-jesus-das-selvas-por-fraude-em-
locacao-de-veiculos/***

Ação do MP aponta fraude de aluguel de veículos em Bom Jesus das Selvas

A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus das Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu. A Operação KM Zero visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

O **Ministério Público** iniciou investigações após recebimento de representação formulada pelo **Ministério Público** de Contas, que apontou indícios de irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas para a locação de veículos leves e pesados.

O **MPMA** apurou que as empresas que participaram dos procedimentos licitatórios atuavam em conluio, com confusão de sócios e colaboradores, sem possuírem veículos e sedes administrativas que demonstrassem atividades lícitas.

G Léda

Site:

<http://omaiordomundobr.blogspot.com/2021/11/acao-do-mp-aponta-fraude-de-aluguel-de.html>

MPMA realiza operação contra esquema em locação de veículos

Jorge Aragão

A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público** do **Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus da Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu. A Operação KM Zero visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2021/11/24/RDIOMIRANTEA-M600SOLUSMA-08.40.28-08.43.27-1637755128.mp3>

MPMA realiza operação contra esquema em locação de veículos

Gilberto Lima

A Promotoria de Justiça de Buriticupu, com auxílio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público** do **Maranhão (MPMA)** e da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), está realizando a Operação KM Zero no Município de Bom Jesus da Selvas, termo judiciário da comarca de Buriticupu. A Operação KM Zero visa a obtenção de mais provas do esquema fraudulento e bens e valores para a reparação civil dos danos causados aos cofres municipais.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2021/11/24/RDIOTIMBIRAAM1290SOLUISMA-08.55.31-08.58.12-1637756488.mp3>

Prefeitura de Alcântara viabiliza área para construção de aterro sanitário

A Prefeitura de Alcântara dá mais um passo para a implementação de um dos projetos mais grandiosos para o **município** nos dias atuais. A construção de um aterro sanitário é meta inevitável do prefeito Padre William. As conversas em torno desse assunto foram retomadas pela gestão municipal ainda em janeiro deste ano, bem no início da gestão.

Na última sexta-feira (19/11) a Prefeitura publicou o Decreto Nº 48/2021 tornando de conhecimento geral a viabilização de um terreno para a construção do aterro sanitário no **município**. A área do aterro foi escolhida por uma equipe técnica da Agência Executiva Metropolitana (AGEM) do **Maranhão**. Veja o decreto na íntegra clicando [AQUI](#).

O aterro sanitário de Alcântara está previsto no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana da Grande São Luís, com recurso oriundo da Agência Executiva Metropolitana (AGEM) do **Maranhão**. O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana da Grande São Luís é um instrumento para a gestão de resíduos sólidos nos 13 municípios que integram a Região Metropolitana da Grande São Luís, incluindo o **município** de Alcântara.

Uma das razões de Alcântara poder contar com o aterro é a sua localização geográfica. Outro motivo é a inviabilidade de mandar seus resíduos sólidos para o Aterro do Titara, localizado a mais de 140 quilômetros de distância. Esses fatores fizeram com que Alcântara fosse contemplada com recurso financeiro para a implantação de um aterro sanitário de pequeno porte. Dessa forma, o Governo do **Maranhão**, por meio da AGEM, fechou uma parceria com a Prefeitura de Alcântara, que, em contrapartida, ficou de doar um terreno para a construção do aterro.

Em janeiro de 2021, a pedido do Secretário Municipal de Meio Ambiente, Jefferson Horley Feitosa Serejo, representantes da AGEM vieram ao **município** de Alcântara. "Nessa ocasião, foi feita uma visita técnica à área onde se pretende instalar o aterro. Participaram, o prefeito Padre William Guimarães, o secretário municipal de Meio Ambiente, e o representante da AGEM, o engenheiro civil especialista em Resíduos Sólidos, Pedro Aurélio Carneiro", narra Jefferson.

Para o Secretário de Meio Ambiente, a instalação de um aterro sanitário em Alcântara vai elevar o **município** a um patamar que poucos no **Maranhão** conseguiram alcançar, e confirma o compromisso da atual gestão municipal com a preservação do meio ambiente e o bem-estar da população. "Esse é um instrumento fundamental, pois ele soluciona parte dos **problemas** causados pelo excesso de lixo. É importante para a manutenção da **saúde** pública, além de ser menos nocivos ao meio ambiente do que os lixões", explica o secretário, ao revelar que 'o projeto da instalação do aterro em Alcântara prevê ainda a recuperação ambiental do Lixão do Pavão, onde atualmente são despejados os resíduos sólidos do **Município**'.

A área onde será construído o aterro sanitário de Alcântara está a cerca de 20 quilômetros do aeroporto. O objetivo é não atrapalhar o fluxo das aeronaves e evitar acidentes geralmente causados por aves que costuma habitam os lixões. Com a publicação do Decreto Nº 14, o próximo passo antes do início das obras é a licitação. "Temos um prazo de 40 a 60 dias até a licitação ficar pronta. A partir daí iniciamos a obra, que deve ser concluída entre de uns quatro meses", afirma Vinícius Metz, secretário municipal de Infraestrutura. Depois de pronto, o aterro será entregue à administração municipal de Alcântara, que poderá firmar convênio com outros municípios para manter o espaço. "A área do atual lixão vai ser recuperada. Todo o lixo que está lá será enterrado, a área reflorestada e transformada em um parque", finaliza o secretário de Infraestrutura.

Site: <https://g7ma.com/prefeitura-de-alcantara-viabiliza-area-para-construcao-de-aterro-sanitario/>

POLÍCIA CIVIL REALIZA EM CODÓ E MAIS CINCO CIDADES DO MARANHÃO OPERAÇÃO DE CRIMES CONTRA IDOSOS

A Polícia Civil do Maranhão deflagrou, em cidades do Estado, a Operação Vetus II, que teve como objetivo combater crimes de violência contra idosos, por meio de ações coordenadas das forças de segurança do estado e o **Ministério Público**, especialmente da Delegacia do Idoso.

Na última quinta-feira (18), apontado como o dia "D" da operação, foram realizadas visitas e verificação se haviam descumprimentos de medidas protetivas, além de um balanço dos trabalhos realizados por diversos órgãos envolvidos nesta grande operação de nível nacional coordenada pelo Ministério da Justiça e **Segurança Pública**.

No total, uma pessoa foi presa, um auto de prisão em flagrante foi lavrado, quatro inquéritos policiais foram concluídos, quatro inquéritos policiais foram instaurados e 11 termos circunstanciados de ocorrências lavrados.

No Maranhão, os alvos da operação foram as cidades de São Luís, Imperatriz, Santa Inês, Caxias, Itapecuru-Mirim e Codó, tendo como resultado o de 113 vítimas atendidas por meio de denúncias e uma resgatada. A ação policial contou com a participação de 30 policiais civis do Maranhão.

Dados contabilizados pela Polícia Civil do Maranhão até o último dia 18, apontam que foram realizadas 90 visitas e diligências policiais em abrigos, lares, residências e demais locais de moradia dos idosos. Sendo cumprido um mandado de busca, um mandado de prisão e 37 Medidas Protetivas de Urgência (MPU) solicitadas.

Com informações do G1MA

Site:

<https://www.blogdomaylsonreis.com.br/2021/11/policia-civil-realiza-em-codo-e-mais.html>

Promotoria aciona o Estado por abandono e pede delegado em Alcântara

O **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**) ajuizou **Ação Civil Pública** de obrigação de fazer contra o Estado do Maranhão, solicitando lotação, em 15 dias, de um delegado de Polícia Civil titular para o município de Alcântara. A designação do profissional pode ser realizada por relotação, convocação ou nomeação de aprovado em concurso público.

Segundo o autor da ACP, **promotor de justiça** Raimundo Nonato Leite Filho, desde janeiro, o **MPMA** tem solicitado à Secretaria de Estado de **Segurança Pública** a lotação de um delegado para o município. Atualmente, o delegado de Pinheiro, Guilherme Campelo, tem respondido pela unidade policial em Alcântara, a 112 km de Pinheiro. Também trabalham na delegacia três cabos e cinco soldados.

A multa por descumprimento sugerida é R\$ 5 mil diários, a serem transferidos ao Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos.

ABANDONO

"A população de Alcântara vive em estado de total abandono e insegurança pública. Embora os servidores lotados na delegacia e os policiais militares sejam esforçados para exercer suas atividades, são visíveis o descrédito e o evidente prejuízo no andamento das ocorrências levadas à unidade policial, devido à inexistência de delegado de carreira e ao desaparecimento da Polícia Civil no município", destaca o **promotor de justiça**.

Ainda de acordo com o **Ministério Público**, há omissão do Poder Público quanto à inexistência de um delegado de carreira e policiais civis em número adequado no município, inviabilizando investigações e conclusão de inquéritos, que permanecem sem diligências e tramitação.

Site:

<https://www.blogdomaylsonreis.com.br/2021/11/promotoria-aciona-o-estado-por-abandono.html>

ALCÂNTARA - MPMA requer lotação de delegado de Polícia Civil em 15 dias

Delegado de Pinheiro tem respondido pelo órgão policial

O **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**) ajuizou, em 8 de novembro, **Ação Civil Pública** de obrigação de fazer contra o Estado do Maranhão, solicitando lotação, em 15 dias, de um delegado de Polícia Civil titular para o município de Alcântara. A designação do profissional pode ser realizada por relotação, convocação ou nomeação de aprovado em concurso público.

Segundo o autor da ACP, **promotor de justiça** Raimundo Nonato Leite Filho, desde janeiro, o **MPMA** tem solicitado à Secretaria de Estado de **Segurança Pública** a lotação de um delegado para o município. Atualmente, o delegado de Pinheiro, Guilherme Campelo, tem respondido pela unidade policial em Alcântara, a 112 km de Pinheiro. Também trabalham na delegacia três cabos e cinco soldados.

Para o **MPMA**, a situação acarreta atraso nas conclusões dos inquéritos e termos circunstanciados de ocorrência (TCO), como ocorre com um morador do município que registrou Boletim de ocorrência por ameaça em agosto de 2021. Entretanto, até o momento o respectivo TCO não foi encaminhado ao fórum, a exemplo de outros procedimentos.

ABANDONO

"A população de Alcântara vive em estado de total abandono e insegurança pública. Embora os servidores lotados na delegacia e os policiais militares sejam esforçados para exercer suas atividades, são visíveis o descrédito e o evidente prejuízo no andamento das ocorrências levadas à unidade policial, devido à inexistência de delegado de carreira e ao desaparecimento da Polícia Civil no município", destaca o **promotor de justiça**.

Ainda de acordo com o **Ministério Público**, há omissão do Poder Público quanto à inexistência de um delegado de carreira e policiais civis em número adequado no município, inviabilizando investigações e conclusão de inquéritos, que permanecem sem diligências e tramitação.

A multa por descumprimento sugerida é R\$ 5 mil diários, a serem transferidos ao Fundo Estadual de

Proteção dos Direitos Difusos.

Site: <https://vandovalrodrigues.com/alcantara-mpma-requer-lotacao-de-delegado-de-policia-civil-em-15-dias/>

Prefeitura de Alcântara viabiliza área para construção de aterro sanitário

A Prefeitura de Alcântara dá mais um passo para a implementação de um dos projetos mais grandiosos para o **município** nos dias atuais. A construção de um aterro sanitário é meta inevitável do prefeito Padre William. As conversas em torno desse assunto foram retomadas pela gestão municipal ainda em janeiro deste ano, bem no início da gestão.

Na última sexta-feira (19/11) a Prefeitura publicou o Decreto Nº 48/2021 tornando de conhecimento geral a viabilização de um terreno para a construção do aterro sanitário no **município**. A área do aterro foi escolhida por uma equipe técnica da Agência Executiva Metropolitana (AGEM) do **Maranhão**. Veja o decreto na íntegra clicando [AQUI](#).

O aterro sanitário de Alcântara está previsto no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana da Grande São Luís, com recurso oriundo da Agência Executiva Metropolitana (AGEM) do **Maranhão**. O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana da Grande São Luís é um instrumento para a gestão de resíduos sólidos nos 13 municípios que integram a Região Metropolitana da Grande São Luís, incluindo o **município** de Alcântara.

Uma das razões de Alcântara poder contar com o aterro é a sua localização geográfica. Outro motivo é a inviabilidade de mandar seus resíduos sólidos para o Aterro do Titara, localizado a mais de 140 quilômetros de distância. Esses fatores fizeram com que Alcântara fosse contemplada com recurso financeiro para a implantação de um aterro sanitário de pequeno porte. Dessa forma, o Governo do **Maranhão**, por meio da AGEM, fechou uma parceria com a Prefeitura de Alcântara, que, em contrapartida, ficou de doar um terreno para a construção do aterro.

Em janeiro de 2021, a pedido do Secretário Municipal de Meio Ambiente, Jefferson Horley Feitosa Serejo, representantes da AGEM vieram ao **município** de Alcântara. "Nessa ocasião, foi feita uma visita técnica à área onde se pretende instalar o aterro. Participaram, o prefeito Padre William Guimarães, o secretário municipal de Meio Ambiente, e o representante da AGEM, o engenheiro civil especialista em Resíduos Sólidos, Pedro Aurélio Carneiro", narra Jefferson.

Para o Secretário de Meio Ambiente, a instalação de um aterro sanitário em Alcântara vai elevar o **município** a um patamar que poucos no **Maranhão** conseguiram alcançar, e confirma o compromisso da atual gestão municipal com a preservação do meio ambiente e o bem-estar da população. "Esse é um instrumento fundamental, pois ele soluciona parte dos **problemas** causados pelo excesso de lixo. É importante para a manutenção da **saúde** pública, além de ser menos nocivos ao meio ambiente do que os lixões", explica o secretário, ao revelar que 'o projeto da instalação do aterro em Alcântara prevê ainda a recuperação ambiental do Lixão do Pavão, onde atualmente são despejados os resíduos sólidos do **Município**'.

A área onde será construído o aterro sanitário de Alcântara está a cerca de 20 quilômetros do aeroporto. O objetivo é não atrapalhar o fluxo das aeronaves e evitar acidentes geralmente causados por aves que costuma habitam os lixões. Com a publicação do Decreto Nº 14, o próximo passo antes do início das obras é a licitação. "Temos um prazo de 40 a 60 dias até a licitação ficar pronta. A partir daí iniciamos a obra, que deve ser concluída entre de uns quatro meses", afirma Vinícius Metz, secretário municipal de Infraestrutura. Depois de pronto, o aterro será entregue à administração municipal de Alcântara, que poderá firmar convênio com outros municípios para manter o espaço. "A área do atual lixão vai ser recuperada. Todo o lixo que está lá será enterrado, a área reflorestada e transformada em um parque", finaliza o secretário de Infraestrutura.

Site: <http://www.joaofilho.com/prefeitura-de-alcantara-viabiliza-area-para-construcao-de-aterro-sanitario/>